



Avaliar para quê?

A avaliação das políticas públicas é tema central para países em desenvolvimento como o Brasil. Isso porque a forma de atuação do Estado e a qualidade das organizações executoras – públicas ou privadas – contribuem para explicar a diferença no desenvolvimento das nações. Por sua importância, as políticas públicas devem ser sistematicamente monitoradas e avaliadas, e os resultados, amplamente publicizados.

O monitoramento leva ao conhecimento da sociedade os resultados concretos pretendidos ao se introduzir uma nova iniciativa. Assim funcionam o Sistema de Metas de Inflação, a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o sistema de avaliações padronizadas da Educação no Brasil, todos assentados em indicadores sintéticos, de fácil compreensão e leitura pela sociedade. Nos exemplos citados, são inegáveis os benefícios que o conhecimento de elementos objetivos e a sua comparabilidade têm trazido para o controle da inflação, para a política fiscal e para o progresso educacional no Brasil.

Esses benefícios decorrem do fato de que os formuladores de políticas públicas não têm todo o conhecimento necessário para o processo decisório.

O monitoramento de resultados é, portanto, fundamental para o seu aperfeiçoamento contínuo. Quando se envolvem recursos públicos e o bem-estar social, mensuráveis pela ótica dos custos, a avaliação torna-se imperativa: de nada adiantariam benefícios de pequena ordem para grandes custos impostos à sociedade. A publicização, por sua vez, ajuda no controle social, o qual reduz sobremaneira o custo de transação dos governos.

Nas situações onde o problema que se pretende abordar é complexo e multideterminado, a avaliação de impacto é recomendada. Neste caso, o objetivo é isolar os efeitos externos dos efeitos específicos da introdução dessas ações sobre o grupo alvo.

Um exemplo: Os programas de educação profissional contribuem para maior absorção de jovens no mercado de trabalho ou o próprio crescimento da economia já daria conta disso? Dito de outra forma: o recurso investido em educação profissional tem gerado o impacto social esperado ou esse impacto teria sido o mesmo se nada tivesse sido feito? Somente a avaliação específica do programa pode dar uma resposta crível a essas perguntas.

A ciência social tem evoluí-

do no sentido de favorecer a avaliação. Já é possível estimar o impacto de uma política pública antes mesmo da sua adoção, o que contribui para a focalização e o alinhamento do seu desenho. Este é o caso da formulação da política de combate à pobreza no Espírito Santo: a avaliação prévia dos impactos potenciais de determinados instrumentos poderá servir como subsídio ao processo decisório.

Ganham os gestores públicos, que terão condições de fazer melhor alocação de recursos escassos que estão à sua disposição para atender demandas quase infinitas; ganha o grupo alvo da intervenção que estará submetido a ações muito mais impactantes sobre o seu bem-estar; ganha toda a sociedade ao absorver mais conhecimentos sobre a sua condição e seu progresso. Para que isso seja alcançado, vontade política e prévia preparação das políticas públicas são condições necessárias para que estas, sempre que implementadas, possam ser monitoradas e avaliadas.

•• Ana Paula Vescovi é economista e diretora-presidente do Instituto Jones dos Santos Neves

